



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

A LUTA PELA TERRA NO BRASIL E O MST: CASO DO ASSENTAMENTO

MISSÕES - PR

TRABALHO ACADÊMICO (X)

RELATO DE EXPERIÊNCIA ()

Eduardo Felipe Trento

INTRODUÇÃO

A questão agrária brasileira é marcada historicamente pela concentração fundiária, pela mercantilização da terra e pela exclusão social no campo. Desde o período colonial, a organização do território rural esteve subordinada à lógica da acumulação de capital, produzindo desigualdades que persistem na estrutura agrária atual.

Apesar dos avanços jurídicos promovidos pela Constituição Federal de 1988, especialmente no que se refere à função social da propriedade, a reforma agrária no Brasil permanece limitada pela hegemonia do agronegócio e pelas políticas neoliberais, que reduziram o papel redistributivo do Estado. Nesse cenário, os conflitos agrários expressam a permanência da disputa pelo território e pelo controle da terra.

É nesse contexto que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) emerge como principal sujeito político da luta pela reforma agrária, articulando ocupações de terra, resistência social e a construção de assentamentos rurais. Esses assentamentos configuram-se como territórios socialmente construídos, nos quais se articulam dimensões produtivas, sociais e simbólicas.

Diante disso, o presente artigo tem como objetivo analisar o território de reforma agrária no Brasil e um estudo de caso a partir do Assentamento Missões, localizado em Francisco Beltrão – sudoeste do Paraná, buscando compreender a importância da formação dos espaços de reforma agrária contribuem para a construção da territorialidade nesse espaço. Metodologicamente, o estudo fundamenta-se em pesquisa bibliográfica e documental, articulando autores da questão agrária e dados institucionais, com vistas a refletir criticamente sobre a reforma agrária como processo social em curso.

METODOLOGIA



Este artigo fundamenta-se em uma pesquisa de abordagem qualitativa, com caráter bibliográfico e documental, articulada a um estudo de caso sobre o Assentamento Missões, localizado no município de Francisco Beltrão, no sudoeste do Paraná. A opção por esse procedimento metodológico busca compreender a questão agrária brasileira a partir de um diálogo entre o debate teórico-histórico e a materialização concreta da reforma agrária em um território específico.

A revisão bibliográfica baseou-se em autores clássicos e contemporâneos que discutem a questão agrária, o território e os movimentos sociais do campo, com destaque para Oliveira (1994; 2007), Fernandes (1994), Morissawa (2001), Raffestin (1993) e Flávio (2019).

. Essas contribuições permitiram estruturar a análise da concentração fundiária, da função social da propriedade e das disputas territoriais no Brasil.

O estudo de caso do Assentamento Missões justifica-se por sua relevância histórica e política no processo de luta pela terra no sudoeste do Paraná, bem como pela disponibilidade de registros documentais sobre sua criação e organização. A análise concentrou-se na trajetória de constituição do assentamento, em seus aspectos territoriais e na organização coletiva dos assentados, permitindo compreender como a reforma agrária se concretiza como prática social e territorial.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A questão agrária brasileira tem origem na própria constituição do território nacional e no processo de colonização portuguesa. O regime de sesmarias, instituído a partir de 1530, determinou a doação de extensas áreas de terras a indivíduos ligados à Coroa, estabelecendo desde cedo uma estrutura fundiária concentrada, associada à produção voltada ao mercado externo e sustentada pela exploração de trabalho compulsório indígena e africano escravizado (OLIVEIRA, 1994). Esse modelo inaugurou uma forma específica de apropriação do espaço agrário, na qual a terra se afirmou como base material do poder econômico e político.

A dimensão territorial dessa dinâmica não se restringe ao aspecto produtivo. Conforme argumenta Claval (2007), o espaço é também culturalmente construído, permeado por representações, símbolos e práticas que contribuem para a naturalização das desigualdades sociais. Nesse sentido, a terra no Brasil consolidou-se historicamente não apenas como mercadoria, mas como signo de status, prestígio e dominação social, reforçando hierarquias herdadas do período colonial.



Com a Independência, em 1822, a extinção formal do regime de sesmarias não significou a democratização do acesso à terra. A ausência de uma legislação fundiária até 1850 favoreceu a grilagem e a apropriação irregular das terras devolutas pelas elites locais, aprofundando a concentração fundiária (FLÁVIO, 2019). A Lei de Terras nº 601, de 1850, ao instituir a compra como única forma legal de acesso às terras públicas, excluiu trabalhadores livres, ex-escravizados e camponeses pobres, consolidando a mercantilização do território e subordinando o acesso à terra à lógica do capital (MORISSAWA, 2001; TALASKA, 2016).

A Proclamação da República, em 1889, reforçou a articulação entre terra e poder político. O coronelismo consolidou-se como prática dominante nas áreas rurais, transformando grandes proprietários em mediadores entre o Estado e a população local, por meio de relações clientelistas e autoritárias (OLIVEIRA, 1994). Tal dinâmica manteve a exclusão dos trabalhadores rurais do acesso à terra e impediu qualquer reforma estrutural no campo.

Nesse contexto de concentração fundiária e autoritarismo, emergiram importantes lutas camponesas como formas de resistência à dominação oligárquica. Movimentos como Canudos (1893–1897) e a Guerra do Contestado (1912–1916) expressaram a insatisfação popular frente à exclusão social, à violência estatal e à penetração do capital no campo, revelando a histórica conflitualidade que marca a questão agrária brasileira (MARTINS, 1981).

No século XX, especialmente a partir do golpe civil-militar de 1964, a concentração fundiária foi intensificada por meio da chamada modernização conservadora da agricultura. O regime autoritário promoveu políticas de crédito subsidiado, mecanização e incentivo à expansão do agronegócio, priorizando grandes proprietários e empresas rurais, sem promover alterações significativas na estrutura fundiária. Embora o Estatuto da Terra, promulgado em 1964, previsse o princípio da função social da propriedade, sua aplicação foi limitada diante do predomínio de um modelo desenvolvimentista excludente (ATLAS, 2021).

A redemocratização, a partir de 1985, e a promulgação da Constituição Federal de 1988 representaram importantes marcos jurídicos ao reafirmar a função social da terra e criar instrumentos institucionais para a reforma agrária (BRASIL, 1988). Paralelamente, a década de 1980 foi marcada pela reorganização das lutas camponesas e pela fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O I Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, realizado em 1984, em Cascavel (PR), consolidou o movimento como organização nacional e como principal sujeito político da luta pela terra no país (FERNANDES, 1994).



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

Apesar dos avanços legais, a violência no campo permaneceu como característica estrutural da questão agrária brasileira. O Massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido em 1996, quando 19 trabalhadores rurais sem terra foram assassinados pela polícia no Pará, tornou-se símbolo da criminalização das lutas sociais e da permanência da repressão estatal contra os movimentos camponeses. Dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) demonstram que os conflitos agrários seguem como elemento estruturante da questão fundiária no Brasil. Em 2023, foram registrados 2.203 conflitos no campo, sendo a maioria relacionada às disputas pela terra, atingindo mais de 187 mil famílias (CPT, 2024). Embora em 2024 tenha havido redução no número total de ocorrências, a violência associada à posse e ao uso da terra permanece, evidenciando a centralidade da concentração fundiária e da mercantilização do território na dinâmica dos conflitos rurais (CPT, 2025).

Na década de 1990, a adoção de políticas neoliberais aprofundou o processo de concentração fundiária e redefiniu o papel do Estado na política agrária brasileira. A retração das políticas redistributivas, associada à valorização dos mecanismos de mercado, reforçou a lógica da terra como mercadoria e limitou o alcance da reforma agrária, baseada na desapropriação de latifúndios improdutivos.

Conforme aponta o *Atlas da Questão Agrária no Paraná*, esse período foi marcado pela implementação de programas como o Banco da Terra e o Cédula da Terra, que passaram a priorizar a aquisição financiada de terras por meio de crédito rural, deslocando o enfoque redistributivo da reforma agrária e reforçando a lógica creditícia do acesso à terra (ATLAS, 2019, p. 74).

Segundo Oliveira (1994), essa reorientação da política agrária expressa uma estratégia de recomposição da dominação territorial no campo brasileiro, na qual o capital busca preservar a estrutura fundiária concentrada ao mesmo tempo em que reduz a centralidade do conflito agrário. Para o autor, a questão agrária não se limita à ausência de acesso à terra, mas constitui uma expressão da luta de classes no espaço agrário, em que o controle do território é elemento central da reprodução do capital e da manutenção do poder político das elites rurais.

A formação territorial do Sudoeste do Paraná está diretamente vinculada ao processo de expansão da fronteira agrícola no Sul do Brasil e à incorporação dessa região à lógica do Estado nacional ao longo do século XX. Diferentemente das áreas marcadas por grandes sesmarias, o Sudoeste paranaense constituiu-se majoritariamente a partir da colonização dirigida, baseada na pequena propriedade e na migração de famílias oriundas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, sobretudo descendentes de imigrantes europeus. Esse processo produziu uma estrutura agrária marcada pela presença do campesinato, mas também por intensos conflitos fundiários, decorrentes



da sobreposição de títulos, da atuação de companhias colonizadoras e da fragilidade da ação estatal (FLÁVIO, 2019).

Segundo Oliveira (1994), a produção do espaço agrário brasileiro não pode ser compreendida dissociada das estratégias do capital e do Estado, que historicamente reorganizam os territórios conforme suas necessidades de acumulação. No Sudoeste do Paraná, essa dinâmica manifestou-se na disputa entre agricultores posseiros e empresas detentoras de títulos de propriedade, configurando um território tensionado entre a reprodução da vida camponesa e a mercantilização da terra. Para Martins (1981), tais conflitos expressam a contradição estrutural entre o campesinato e a expansão do capitalismo no campo, em que a autonomia do pequeno produtor é constantemente ameaçada.

A chamada Revolta dos Posseiros, ocorrida na década de 1950 no sudoeste do Paraná, principalmente na cidade de Francisco Beltrão, constitui um marco dessa formação territorial, evidenciando a resistência camponesa frente à expropriação e à violência institucionalizada. Esses episódios não apenas consolidaram formas de organização política no meio rural, como também contribuíram para a construção de uma identidade regional marcada pela luta pela terra e pela defesa do território (FLÁVIO, 2019). Tal identidade torna-se elemento fundamental para compreender a posterior adesão significativa dos agricultores da região às mobilizações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

A inserção do agronegócio, a concentração de terras e a reconfiguração produtiva intensificaram as desigualdades no campo, ao mesmo tempo em que reforçaram a importância das lutas sociais pela terra. Nesse sentido, a formação territorial do Sudoeste do Paraná não pode ser entendida apenas como um processo histórico concluído, mas como uma construção permanente, marcada por conflitos, resistências e disputas de projetos de desenvolvimento (OLIVEIRA, 1994; FLÁVIO, 2019).

TERRITÓRIO DE REFORMA AGRÁRIA: ASSENTAMENTO MISSÕES – SUDOESTE DO PARANÁ

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) consolidou-se como o principal sujeito político da luta pela reforma agrária no Brasil a partir da década de 1980, articulando resistência camponesa, enfrentamento à concentração fundiária e a construção de novos territórios. Sua atuação não se limita à reivindicação pelo acesso à terra, mas envolve a produção de um projeto



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

político-territorial que questiona a hegemonia do agronegócio e propõe formas coletivas de organização do trabalho, da produção e da vida no campo (FERNANDES, 1994).

Assim como em outros assentamentos de reforma agrária, o Assentamento Missões não representa apenas a conquista material da terra, mas a constituição de um território dotado de significados sociais, culturais e identitários. Nesse espaço, a terra deixa de ser compreendida exclusivamente como mercadoria, subordinada à lógica do capital, para se transformar em espaço de pertencimento, construção de alternativas ao modelo agroexportador dominante (OLIVEIRA, 1994; FERNANDES, 1994).

Dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária indicam que a política de reforma agrária no Brasil resultou, ao longo das últimas décadas, na criação e reconhecimento de milhares de assentamentos rurais, envolvendo mais de um milhão de famílias assentadas em todo o território nacional. Esses assentamentos configuram territórios estratégicos no enfrentamento à histórica concentração fundiária, embora enfrentem limites estruturais persistentes, como a insuficiência de crédito, assistência técnica, infraestrutura e políticas públicas continuadas (INCRA, 2024).

No interior desse processo, o MST destaca-se como o movimento social que mais impulsionou a criação e a consolidação desses territórios. Segundo dados do próprio movimento, cerca de 450 mil famílias conquistaram a terra por meio de assentamentos vinculados às suas lutas, resultando na formação de extensas áreas organizadas sob princípios de cooperação, produção coletiva e resistência social (MST, 2024). Apesar disso, o movimento aponta a existência de uma expressiva demanda reprimida, com aproximadamente 65 mil famílias ainda vivendo em acampamentos e aguardando políticas efetivas de assentamento, o que evidencia o caráter inacabado da reforma agrária brasileira (MST, 2025).

É nesse contexto mais amplo que se insere o Assentamento Missões, localizado no município de Francisco Beltrão, no sudoeste do Paraná. Criado em 27 de maio de 1996, o assentamento ocupa uma área de aproximadamente 1.993 hectares e abriga cerca de 295 famílias. As terras que deram origem ao assentamento pertenciam ao Banco do Brasil e ao Banco do Estado do Paraná, decorrentes de dívidas da empresa Angelo Camilotti & Cia Ltda., sendo posteriormente destinadas à reforma agrária após intensa mobilização social local (ARAUJO et al., 2010).

O território do Assentamento Missões é marcado pela luta coletiva dos agricultores do sudoeste paranaense, em articulação com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o MST, expressando uma trajetória histórica de enfrentamento às desigualdades no campo. A construção do assentamento



envolveu, desde o início, o trabalho coletivo na organização dos espaços de moradia, na implantação das primeiras lavouras e na edificação de estruturas comunitárias, como escola, espaços religiosos e áreas comuns de convivência, fundamentais para a consolidação do território e das relações sociais.

A luta cotidiana dos assentados do Missões também expressa a resistência frente ao avanço das políticas neoliberais e à hegemonia do agronegócio, que concentram terras, recursos e investimentos e aprofundam a desigualdade socioespacial no meio rural. Ao mesmo tempo, esse território revela a potência das horizontalidades descritas por Milton Santos (2006), materializadas em redes de solidariedade, cooperação, organização coletiva e práticas produtivas locais, capazes de tensionar as verticalidades impostas pelo capital globalizado e afirmar o assentamento como um espaço vivo de luta, pertencimento e reprodução social.

A territorialidade construída no Assentamento Missões manifesta-se, portanto, na relação entre trabalho, saberes e pertencimento. O território não é apenas o espaço físico delimitado juridicamente, mas o resultado das práticas cotidianas, das memórias coletivas e das relações sociais tecidas entre os assentados. Conforme argumenta Raffestin (1993), a territorialidade emerge das relações de poder e das mediações estabelecidas entre sujeitos, espaço e recursos, sendo continuamente produzida e transformada no decorrer do tempo.

As primeiras áreas do Assentamento Missões foram constituídas por meio do trabalho coletivo, elemento central no processo inicial de organização territorial. Atualmente, as famílias encontram-se assentadas de forma consolidada, sendo que cada unidade familiar dispõe, em média, de aproximadamente cinco alqueires de terra. Nesse espaço, desenvolve-se uma produção agrícola diversificada, voltada à subsistência e à comercialização, com destaque para a produção leiteira, que se configura como uma das principais atividades econômicas do assentamento.

A produção leiteira assume papel central na organização econômica do Assentamento Missões, configurando-se como uma das principais atividades desenvolvidas pelas famílias assentadas. De acordo com dados da Secretaria de Desenvolvimento Rural de Francisco Beltrão, o Assentamento Missões destaca-se como a comunidade que mais produz leite no município, alcançando uma produção mensal de aproximadamente 401.850 litros. Esse desempenho evidencia a relevância do assentamento na cadeia produtiva do leite em escala municipal, reafirmando a importância da agricultura familiar e da reforma agrária para o desenvolvimento rural local (PREFEITURA DE FRANCISCO BELTRÃO, 2015).

Observa-se, ainda, a presença significativa de saberes tradicionais camponeses, expressos nos espaços de cultivo de hortaliças e plantas medicinais mantidos pela maioria das famílias. Tais práticas



evidenciam a relação histórica entre trabalho, cultura e território, reforçando o assentamento como espaço de reprodução da vida camponesa e de preservação de conhecimentos construídos coletivamente ao longo das gerações. Ainda neste espaço observa-se algumas áreas de minifúndio.

A presença de áreas caracterizadas pelo minifúndio no interior do assentamento revela como a lógica do capital adentra e tensiona o território da reforma agrária. Embora a constituição do assentamento tenha como fundamento a desconcentração fundiária e a reprodução da vida camponesa, a reduzida dimensão dos lotes impõe limites à autonomia produtiva das famílias, intensificando sua dependência de mercados, insumos externos e políticas de crédito. Nesse sentido, o minifúndio não representa apenas uma categoria fundiária, mas expressa a mediação do capital no uso da terra, subordinando parte da produção às exigências da competitividade e da rentabilidade. Assim, o território do assentamento configura-se como espaço de contradição, no qual resistências e práticas solidárias coexistem com mecanismos de subordinação impostos pela lógica capitalista (SANTOS, 2006; MARTINS, 1981).

Um ponto importante para a territorialização deste assentamento é a formação de uma escola municipal, a qual atende as famílias dos assentados e das comunidades vizinhas, assim possibilitando que os sujeitos permaneçam este espaço com perspectivas de uma vida melhor. Missões, a territorialidade é reforçada pela vivência coletiva, pela participação em atividades comunitárias e pela permanência das famílias no campo.

A produção agrícola, os saberes compartilhados e as práticas solidárias funcionam como elementos de enraizamento, fortalecendo o sentimento de pertencimento e a identidade. Assim, o assentamento se configura como território vivido, no qual se articulam resistência, memória e projeto de futuro, reafirmando a reforma agrária como processo social permanente, e não apenas como política de redistribuição de terras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida neste artigo evidenciou que a questão agrária brasileira constitui um processo histórico marcado pela concentração fundiária, pela mercantilização da terra e pela reprodução de relações desiguais de poder no campo. Desde a formação do território nacional, os mecanismos jurídicos, políticos e econômicos contribuíram para a exclusão do campesinato e para a consolidação de um modelo agrário orientado pelos interesses do capital, cujos efeitos permanecem presentes nas políticas agrárias contemporâneas.



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

Nesse contexto, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra afirma-se como sujeito político central na luta pela reforma agrária, não apenas por meio da ocupação e conquista da terra, mas pela construção de territórios que expressam formas alternativas de organização social, produtiva e simbólica. Os assentamentos rurais, longe de representarem apenas espaços de produção agrícola, configuram-se como territórios vivos, nos quais se articulam trabalho, memória, saberes e pertencimento.

O estudo do Assentamento Missões, localizado em Francisco Beltrão (PR), permitiu compreender como a reforma agrária se materializa no cotidiano das famílias assentadas, revelando uma dinâmica territorial marcada pelo trabalho coletivo, pela produção de alimentos, pela construção de estruturas comunitárias e pela valorização dos saberes camponeses. A experiência do assentamento demonstra que a terra, quando apropriada coletivamente, deixa de ser exclusivamente mercadoria e passa a assumir centralidade na reprodução da vida, na construção da identidade camponesa e na afirmação de vínculos sociais duradouros.

Ao mesmo tempo, a pesquisa evidencia que os territórios de reforma agrária permanecem tensionados pelas políticas neoliberais e pela hegemonia do agronegócio, que concentram recursos, terras e investimentos, limitando o alcance das ações estatais voltadas à democratização do acesso à terra. Ainda assim, a experiência do Assentamento Missões revela a potência das horizontalidades e das práticas solidárias, capazes de produzir resistências cotidianas e de afirmar projetos territoriais orientados pela cooperação, pela autonomia relativa e pela soberania alimentar.

Por fim, conclui-se que a reforma agrária deve ser compreendida como um processo social permanente, que ultrapassa a dimensão jurídica da redistribuição de terras e envolve a construção contínua de territórios, saberes e relações sociais. Ao evidenciar a articulação entre produção agrícola, territorialidade e pertencimento no Assentamento Missões, o artigo reforça a importância de reconhecer os assentamentos como espaços estratégicos de resistência e de produção de alternativas ao modelo hegemônico do campo brasileiro, apontando para a centralidade do campesinato na construção de um projeto de desenvolvimento mais justo e socialmente enraizado.

Palavras-chave: MST; Reforma agrária, Território; Territorialidade, Assentamento Missões.



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, A. D. et al. Colégio Paulo Freire: um sonho... uma luta... uma realidade. Francisco Beltrão: Grafibem, 2010.
- ATLAS DA QUESTÃO AGRÁRIA NO PARANÁ. Atlas da questão agrária no Paraná. Naviraí, MS: Ipuvaíva, 2019.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 05 out. 1988.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). Conflitos no Campo Brasil 2023. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – Cedoc/CPT. Goiânia: CPT, 2024.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). Conflitos no Campo Brasil 2024. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – Cedoc/CPT. Goiânia: CPT, 2025.
- CLAVAL, P. A geografia cultural. 3. ed. Florianópolis: UFSC, 2007.
- FLÁVIO, L. C. A formação territorial do Sudoeste do Paraná: conflitos fundiários e resistência camponesa. Francisco Beltrão: **Unioeste**, 2019.
- FERNANDES, B. M. A formação do MST no Brasil. Petrópolis: **Vozes**, 1994.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2023: resultados preliminares. Rio de Janeiro: **IBGE**, 2023.
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Relatório de gestão e dados da reforma agrária. Brasília, DF: **INCRA**, 2024.
- MARX, K. O capital: crítica da economia política. Livro I. São Paulo: **Boitempo**, 2013.
- MARTINS, J. S. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis: **Vozes**, 1981.
- Missões é a comunidade que mais produz leite em Beltrão. Disponível em: <https://franciscobeltrao.pr.gov.br/noticias/desenvolvimento-rural/assentamento-missoes-e-a-comunidade-que-mais-produz-leite-em-beltrao/>. Acesso em: 01 nov. 2025.
- MORISSAWA, M. A história da luta pela terra e o MST. São Paulo: **Expressão Popular**, 2001.
- OLIVEIRA, A. U. Modo capitalista de produção e agricultura. São Paulo: **Contexto**, 1994.
- OLIVEIRA, A. U. A geografia das lutas no campo. São Paulo: **Contexto**, 1994.
- SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: **Edusp**, 2006.
- TALASKA, A. A Lei de Terras de 1850 e a consolidação da propriedade privada no Brasil. Curitiba: Appris, 2016.